

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os “jovens turcos” no processo de desenvolvimento do Exército e da nação

Cristina Monteiro de Andrada Luna*

Resumo: A presente comunicação consiste numa breve apresentação do meu tema de doutorado, que visa analisar a ação dos “jovens turcos” no processo de desenvolvimento do Exército e, conseqüentemente, da nação, durante o período de 1906 a 1930.

Palavras-chave: “jovens turcos”, Exército Brasileiro, Alemanha.

Abstract: This paper represent a summary of my doctorate’s theme it aim at studing the behavior of the “young turks” in the process of Army devolopment and, as a result, of the nation, during the years 1906 through 1930.

Key-words: “Young turks”, Brazilian Army, German.

Os “jovens turcos” consistiram em um grupo de jovens oficiais do Exército Brasileiro que estagiaram na Alemanha, entre os anos de 1906 e 1912, quando foram enviadas turmas de contingentes variáveis, cujos membros foram alocados em diferentes unidades do Exército Imperial Alemão, nas quais serviram por dois anos. Esse grupo foi fortemente influenciado pela cultura, pela organização social e, principalmente, pela organização militar alemã. Ao retornarem ao Brasil, engajaram-se em uma campanha em prol da profissionalização dos militares e do aparelhamento do Exército. Para tanto, lançaram a revista *A Defesa Nacional*, cujo formato inspirava-se na *Militär Wochenblatt*, de Berlim. A publicação tomou forma sob os auspícios dos tenentes Bertoldo Klinger e Estevão Leitão de Carvalho e do capitão Mário Clementino de Carvalho, que constituíram a redação da revista. Já o grupo fundador contou com oito ex-estagiários do exército alemão (Klinger, Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides de Oliveira Figueiredo, Amaro de Azambuja Vilanova e Francisco Jorge Pinheiro) e com quatro adeptos entusiastas da campanha (Brasílio Taborda, Francisco de Paula Cidade, José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque e Mario Clementino de Carvalho).

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social do IFCS/UFRJ. Bolsista da Capes.

Lançada em outubro de 1913, a publicação se tornou o mais importante meio de divulgação das idéias dos oficiais reformadores, que se engajaram na defesa da ampliação do ensino militar nos estabelecimentos escolares de nível secundário e superior, na campanha pela modernização do Exército, principalmente a partir da vinda de uma missão militar alemã ao Brasil, e na luta para pôr em prática a lei que determinava o serviço militar obrigatório e o recrutamento militar através de sorteio (promulgada em 1908, mas inaplicada até 1916).

Os “jovens turcos” introduziram, ainda, novos métodos de instrução e novos regulamentos, traduzidos dos originais alemães, e dirigidos ao treinamento de sargentos e soldados. Com isso, angariaram o apoio de alguns colegas que aprovaram o novo cotidiano de instruções e exercícios, mas muitos oficiais “acostumados à rotina do nada fazer, se opuseram às inovações” (CARVALHO, 1961). Assim, devido às propostas reformadoras e ao nome do seu órgão oficial, os militares em questão foram denominados, pejorativamente, de “jovens turcos”, em alusão aos jovens oficiais turcos que estagiaram no exército germânico e que, ao retornarem ao seu país, lançaram uma revista intitulada *A Defesa Nacional* e promoveram profundas modificações no Exército e no Império Otomano, sob a liderança de Mustafá Kemal.

A resistência encontrada pelos jovens reformadores se devia ao comodismo de muitos oficiais frente ao atraso do Exército, que, ainda no começo do século XX, possuía características coloniais incompatíveis com os exércitos modernos caracterizados pelo avanço industrial e tecnológico. Vale notar que grande parte dos oficiais possuía formação muito mais teórica do que prática e, por isso, eram habitualmente denominados “bacharéis fardados”. Além disso, a formação bacharelesca enfraquecia a vocação militar e proporcionava o envolvimento de parte da jovem oficialidade na política, como ocorreu, por exemplo, na Revolta da Vacina, em 1904.

Ademais, o Exército contava, ainda, com a presença de antigos oficiais que haviam se destacado na Guerra do Paraguai, mas, que não possuíam formação profissional consistente. Eram, portanto, identificados pelos oficiais da Escola da Praia Vermelha como “tarimbeiros”, apodo que derivava do fato de muitos desses militares terem vivenciado o desconforto proporcionado pela guerra e pela prática de dormir em tarimbas. Assim, formado por “tarimbeiros” e “bacharéis fardados” e contando com a presença de recrutas analfabetos, famintos e miseráveis, oriundos das camadas mais pobres da população brasileira, o Exército apresentava-se em péssima situação.

Dessa forma, os “jovens turcos” representaram o papel de precursores da transformação pela qual o Exército passaria a partir da década de 1920. No entanto, é

importante notar que a própria existência dos “jovens turcos” só foi possível graças ao empenho de Hermes Rodrigues da Fonseca e de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que envidaram esforços em prol da modificação de nossas forças terrestres, apesar das fracassadas tentativas de modernização do Exército, engendradas desde o término da Guerra do Paraguai (1864-1870).

Como comandante do 4º Distrito Militar, Hermes da Fonseca organizou as manobras que cruzaram a cidade do Rio de Janeiro em direção aos campos de Santa Cruz, nos anos de 1905 e 1906. Apesar da deficiência dos meios e dos objetivos limitados, as manobras tiveram grande repercussão em meio à imprensa fluminense, que não testemunhava tal acontecimento desde os dias imperiais, e evidenciaram a precariedade dos soldados, dos armamentos e de todo o material utilizado, como mochilas e sapatos, cuja péssima qualidade levou os soldados a marcharem descalços. Posteriormente, ao se tornar ministro da Guerra (1906-1909), o marechal Hermes da Fonseca continuou a dar ênfase ao treinamento militar e foi um dos principais incentivadores do intercâmbio militar do Brasil com a Alemanha.

No entanto, coube ao Barão do Rio Branco sugerir o envio de oficiais brasileiros para estagiarem no exército alemão, considerado um dos melhores da época, senão o melhor. O ministro das Relações Exteriores (1902-1912) via a modernização do Exército como fator primordial para a manutenção do território. Vale notar que a preocupação do ministro fundamentava-se, principalmente, na rivalidade com a Argentina, que, na última década do século XIX, contestou a posse do Brasil sobre o território das Missões, tendo Rio Branco participado do litígio, arbitrado por Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos, que deu ganho de causa ao Brasil, em 1895. Ademais, o exército argentino representava uma ameaça, pois já havia iniciado a sua modernização com o auxílio de uma missão militar de instrução trazida da Alemanha. A preocupação com o Exército também foi suscitada pelo fracasso na guerra de Canudos (1896-1897) e pelo litígio do Brasil com a Bolívia sobre a região do Acre (1900-1903). O país entrou também em litígio com a França, pelo território do Oiapoque, e com a Inglaterra, pela Ilha de Trindade.

Havia, ainda, o fator cultural, pois o Barão do Rio Branco, além de ter vivido durante vinte e oito anos na Europa, foi embaixador em Berlim por quase dois anos (1901-1902), período no qual pôde observar a excelência do exército alemão e o papel militar exercido pelo Imperador Guilherme II. Dessa forma, consideramos que a influência do ministro das Relações Exteriores foi deveras importante para o estabelecimento do intercâmbio militar entre o Brasil e a Alemanha e, portanto, para a existência dos próprios “jovens turcos”.

De fato, a admiração pelo Exército germânico era acalentada por muitos, o que se devia à sua trajetória gloriosa no século XVIII, com Frederico, o Grande, e durante o século seguinte, quando reformou o seu Estado-Maior e implementou táticas de guerra moderna que lhe permitiram uma vitória fulminante na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). A veneração por tal Exército tornou-se ainda maior com o retorno dos oficiais brasileiros enviados ao país a partir de 1906, pois os “jovens turcos” se tornaram os maiores difusores da superioridade bélica alemã, no Brasil. Assim, o grupo passou a pugnar pela vinda de uma missão militar germânica ao país e viram com bons olhos os diálogos estabelecidos entre Hermes da Fonseca e a Alemanha.

Como ministro da Guerra (1906-1909), o marechal Hermes da Fonseca visitou oficialmente a Alemanha pela primeira vez, em 1908. A convite do Imperador Guilherme II, a comitiva brasileira foi composta pelo ministro, pelo general Mendes de Moraes, pelo major Tasso Fragoso, pelo capitão Constâncio Deschamps Cavalcanti e por um correspondente do *Jornal do Comércio*. Em sua visita ao país, Hermes da Fonseca assistiu às manobras de guerra do Exército germânico, realizadas em diferentes locais da Alemanha. Em Berlim, Hermes da Fonseca foi convidado a montar o cavalo pessoal do Imperador para passar em revista tropas reunidas em sua homenagem. Os brasileiros foram, ainda, agraciados com banquetes oficiais e com convites à ópera, e os jornais alemães acompanharam a visita e elogiaram a figura do nosso ministro da Guerra, apontado como o grande modernizador do Exército Brasileiro.

Durante esses eventos, a delegação brasileira travou contatos com o *Kaiser*, com o Chefe do Estado-Maior alemão, Helmuth von Moltke, e com vários outros militares, dentre eles generais e oficiais de baixa patente, como o tenente Auer, que ciceroneou a comitiva durante toda a sua estada na Alemanha, que contou, ainda, com visitas às fábricas de material bélico Mauser e Krupp, à Escola Militar de Lichterfeld, às fábricas da Allgemeine Electricitäts Gessellschaft e à estação telegráfica sem fios de Navem.

A visita do ministro da Guerra aprofundou os contatos do Brasil com a Alemanha e resultou no aumento do número de oficiais brasileiros convidados a estagiar naquele país. Por isso, a turma enviada em 1910 foi a mais numerosa, pois contou com vinte e um militares, ao contrário das turmas de 1906 e 1908, formadas por no máximo seis oficiais. Vale notar que o último grupo de estagiários tornou-se o mais importante, não só pelo número como também pela influência que viria a exercer.

Em 1910, mais uma vez, a convite do Imperador, Hermes da Fonseca tornou a visitar a Alemanha, a fim de assistir às manobras do Exército e da Esquadra, em Danzig, e de participar da parada de 2 de setembro, em Berlim. Todavia, em agosto do mesmo ano,

também visitou a França, como convidado oficial, e cumpriu um intenso programa de visitas a escolas e instalações militares, além de ter assistido a manobras e exercícios das tropas francesas e realizado viagens organizadas pelos fabricantes de armas. Vale notar que o fato de Hermes da Fonseca ter visitado ambos os países como presidente eleito, pois só tomou posse em 15 de novembro seguinte, forneceu argumentos para uma maliciosa campanha da imprensa francesa, que capitaneada pelo periódico *Lé Brésil*, afirmou que o governo anterior, presidido por Afonso Pena - indiferente à preferência do presidente eleito por uma missão militar francesa, negociava a vinda de uma missão alemã ao país. Os boatos repercutiram em jornais da França e da Alemanha e causaram verdadeiro imbróglio, que obrigou o Embaixador do Brasil, em Berlim, a reafirmar o interesse de Hermes da Fonseca na vinda de oficiais alemães ao Brasil.

Estevão Leitão de Carvalho que chegara à Alemanha em julho, assim como os demais estagiários da turma de 1910, considerou a visita do presidente eleito ao país, em setembro, como um anúncio da consolidação do contrato de uma missão militar germânica. Contudo, a iniciativa do marechal Hermes não obteve resultados. Segundo palavras do próprio Leitão de Carvalho:

A iniciativa do Presidente eleito, por motivos até hoje inexplicados, caducou, ficando suspensos os preparativos a que já se entregavam alguns oficiais alemães escolhidos para comporem a missão. Os que podiam esclarecer esse episódio histórico nunca se manifestaram publicamente, de forma que, hoje, passados cinqüenta anos, é difícil reconstituir, com exatidão, os fatos (CARVALHO, 1961:102).

Ao assumir a presidência da República, Hermes da Fonseca (1910-1914) frustrou as expectativas dos jovens oficiais brasileiros que desejavam reformar nosso Exército segundo o modelo alemão, pois, durante seu governo, ficaram suspensas as discussões sobre a contratação de uma missão militar estrangeira, exceto pela acirrada campanha movida pelos “jovens turcos” e pela revista *A Defesa Nacional* que, além de reivindicarem a vinda de oficiais alemães, defendiam a preferência pela compra de material bélico de origem germânica. Vale notar que as razões do refluxo da iniciativa do marechal Hermes em reformar o Exército, ainda, nos são desconhecidas, e constituem algumas das questões que norteiam esta pesquisa.

A campanha pela vinda da missão militar alemã foi acompanhada pela campanha pela implementação do serviço militar obrigatório no país. Nesta empreitada, “os jovens turcos” obtiveram o apoio da Liga de Defesa Nacional, formada por civis, cujo principal

expoente foi o poeta Olavo Bilac. Os “jovens turcos” consideravam o Brasil uma nação ainda não formada, constituída por uma massa de etnias heterogêneas, sem identidade nacional. Segundo Capella, que se dedicou a estudar o papel do grupo na luta pelo serviço militar compulsório, os “jovens turcos” viam o Exército como uma instituição disciplinadora. Para tanto, a autora recorre a Foucault, que define a disciplina como um meio de formação de corpos eficientes, dóceis e disciplinados, aptos para o trabalho e para a reprodução do capital em um período cada vez menor de tempo. Todavia, embora reconheçamos que os recursos disciplinadores relacionados por Foucault realmente se façam presentes na caserna, não podemos desconsiderar que o serviço militar obrigatório demanda o desenvolvimento dos valores de honra, coragem e patriotismo que divergem dos exigidos, por exemplo, de um operário, pois constitui um dos maiores tributos, se não o maior, que uma nação pode exigir de seus homens: o tributo de sangue.

É importante notar que o trabalho de Capella, apesar de recorrer ao conceito de disciplina de Foucault para explicar a ação dos “jovens turcos”, constitui o único estudo acadêmico que se dedicou de forma específica à trajetória e à influência do grupo sobre os militares e a sociedade. Na historiografia militar, os “jovens turcos” aparecem de forma sintética e são vistos, normalmente, como apolíticos. José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho, por exemplo, destacam que o grupo se opunha à intervenção dos militares na política como um dos requisitos para a profissionalização dos membros do Exército. Assim, a participação de um “jovem turco” em eventos políticos, como ocorreu com Bertoldo Klinger e Euclides de Oliveira Figueiredo, é vista como um desvio de conduta, pois os oficiais pertencentes ao grupo em questão se destacaram como “soldados profissionais”. Assim, José Murilo alega que os “jovens turcos” defendiam a ideologia do soldado profissional ou da não intervenção na política. Contudo, para explicar a participação política de Klinger, na Revolução de 1930, e de Figueiredo, na Revolta Constitucionalista de 1932, o autor alega que Klinger foi o inaugurador de uma nova ideologia, a do “soldado-corporação” ou “da intervenção moderadora”, segundo a qual o militar só poderia intervir na política através do Exército, visto como uma das únicas instituições de caráter nacional. Assim, a ideologia do soldado corporação afastava o militar da ideologia do soldado-cidadão, que via como legítima a intervenção pessoal do militar na política. A idéia da intervenção moderadora foi melhor explicada posteriormente pelo general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, quando afirmou que não se deveria fazer política no Exército, mas sim a política do Exército, que deveria conduzir o processo de desenvolvimento brasileiro.

Dessa forma, José Murilo de Carvalho identifica a figura de Estevão Leitão de Carvalho, que se recusou a participar de vários eventos políticos, com a imagem do soldado profissional, enquanto Klinger é associado à ideologia do soldado corporação. Todavia, consideramos que desde o início, os “jovens turcos” tinham um projeto de nação que os levaram a desempenhar um importante papel político na vida nacional. Já no primeiro editorial de *A Defesa Nacional*, de outubro de 1913, o grupo de redatores da revista, formado por Leitão de Carvalho, Klinger e Joaquim de Souza Reis, afirmou:

Se nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exército não sai geralmente do quadro das suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército, única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai, às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social (A Defesa Nacional, nº1, 10/10/1913).

A posição dos “jovens turcos”, portanto, era paradoxal, pois, ao se engajarem na despolíticação do militar em prol do profissionalismo, acabaram, frente às particularidades do Estado e da sociedade brasileiras, por se envolverem na política, desde o início. Entendemos, contudo, que esse envolvimento na política não pressupunha a possibilidade de golpes militares, nem a participação individual de militares em partidos e cargos políticos. Todavia, acreditamos que, inspirados pelo exemplo da Alemanha, onde cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) era investido na força militar e a liderança do Imperador se confundia com as diretrizes do Estado-Maior, os jovens turcos acalentavam o desejo de que, a partir de suas campanhas e da difusão dos valores militares, principalmente através do serviço militar obrigatório e dos clubes de tiro, o governo federal passasse a investir e a incentivar a modernização do Exército.

Os “jovens turcos” tinham também uma perspectiva industrializante: defendiam o desenvolvimento de uma malha ferroviária capaz de transportar efetivos militares para todos os rincões do país, de indústrias de material bélico e de uma indústria siderúrgica. Reivindicavam o desenvolvimento de fábricas civis capazes de se converterem rapidamente em fábricas de munições e armamento e de indústrias bélicas capazes de produzir material de guerra mesmo em tempos de paz. Alegavam que com a dependência do Brasil em relação aos países desenvolvidos, o país estaria sujeito à suspensão dos fornecimentos de material bélico importados da Europa e, portanto, indefeso frente a qualquer tipo de agressão estrangeira.

Dessa forma, acreditamos ser um equívoco identificar os “jovens turcos” com o modelo do “soldado profissional”, tal como formulado pelo cientista político Samuel Huntington, que desenvolveu o conceito para explicar a profissionalização dos oficiais dos exércitos das potências européias e dos Estados Unidos. O conceito de soldado profissional, portanto, pressupõe dedicação exclusiva à defesa do país e um afastamento total das lutas políticas. Assim, um militar alemão, por exemplo, pode ser considerado um soldado profissional, pois não considerava o Exército como uma instituição que devesse liderar o processo de formação da nação, frente à incapacidade das elites civis. O mesmo, porém, não se aplica aos “jovens turcos” que desejavam contribuir para a formação de uma nação armada, moderna e industrializada. Dessa forma, consideramos que os “jovens turcos” participaram do processo de formação do Estado brasileiro. Para tanto, recorreremos à sociologia histórica de autores, como Norbert Elias e Charles Tilly, que destacam a importância da prática da guerra, do desenvolvimento dos exércitos e da instituição do serviço militar obrigatório para o desenvolvimento dos Estados nacionais, formados a partir de um arranjo de elementos interligados capazes de operar como um todo.

Referências bibliográficas:

- CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de aço do tecido social: A revista “A Defesa Nacional” e o serviço militar obrigatório**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1985.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- CARVALHO, Estevão Leitão. **Memórias de um soldado legalista**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961.
- _____. **Dever Militar e Política Partidária**. São Paulo: Cia. Ede. Nacional, 1959.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COUTINHO, Lourival. **O General Góes depõe**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956.
- ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador, vol 2: Formação do Estado e Civilização**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.
- FONSECA, Mário Hermes da; ESCOBAR, Ildefonso (orgs). **Primórdios da Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Gloria Pinho e Manes LTDA, 1943.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Trad: Raquel Ramallete. Petrópolis;Vozes, 1987.

GÖRLITZ, Walter. **History of the German General Staff**. New York: Prager, 1957.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado**: Teoria e Política das Relações entre civis e militares. Trad: José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

KLINGER, Bertoldo. **Parada e Desfile dum a vida de voluntário no Brasil, na primeira metade do século**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

LUVAAS, Jay. **Frederico, o grande e a arte da guerra**. Trad: Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

LUDWIG, Emil. **Guilherme II**. Trad: Álvaro Franco. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo: 1934.

NUNN, Frederick M. **Yesterday Soldiers: European Military Professionalism in South America, 1890-1940**. Nebraska (EUA): University of Nebraska Press, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Nacionais: 900-1992**. Trad : Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1996.

VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.